



Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
16 de abril de 2012 - Nº 295- www.sindipetrocaxias.org.br



Abastecimento substitui gerente geral da Reduc

Após longa espera por parte dos trabalhadores, finalmente o Abastecimento decidiu substituir o gerente geral da Reduc. Nos últimos quatro anos, a refinaria apresentou os mais baixos resultados operacionais entre todas as unidades e o pior Índice de Satisfação dos Empregados (ISE) da Petrobrás, o que demonstra toda a incompetência da última gestão tanto do ponto de vista do negócio quanto da responsabilidade social.

No entanto, nada garante que o novo Gerente Geral irá mudar significativamente a gestão, embora o Sindicato e os trabalhadores tenham esperança de mudanças.

Para melhorar o relacionamento com os trabalhadores e a ambiência na Reduc, o novo Gerente Geral precisa



respeitar alguns princípios básicos. Entre esses princípios estão o respeito ao número mínimo de segurança das unidades, aos trabalhadores e sua representação, a emissão de todas as Comunicações de Acidentes de Trabalho, o pagamento das horas extras realizadas, o cumprimento do ACT da

categoria, da CLT e da legislação do Brasil, entre outros pontos. Os prazos para recuperar o passivo de manutenção das unidades da refinaria e recomposição do efetivo da segurança, operação e manutenção o Sindipetro Caxias admite negociar.

Outra boa notícia é que em abril a Segurança Patrimonial da Reduc passou para o Compartilhado, saindo da gestão do SOP e do Abastecimento. Resta saber quando o supervisor irá deixar a refinaria em definitivo.

O Sindipetro Caxias já solicitou e aguarda agendamento de reunião com o novo Gerente Geral. Sem intermediários e pelo tempo necessário para que o Sindicato possa expor os maiores problemas da Reduc.

Sindicato negocia reivindicações da Termorio

O Sindipetro Caxias já iniciou o processo de negociação com a gerência executiva de RH do Gás e Energia, no dia 12 de abril, para tratar das reivindicações dos trabalhadores

da Usina Termoelétrica Governador Leonel Brizola. Os trabalhadores estão buscando fixar os minutos para pagamento da Hora Extra de Troca de Turno, mudanças no transporte dos

trabalhadores do Regime Administrativo e do Turno, ajuste na jornada dos trabalhadores do Horário Administrativo e o enquadramento de alguns empregados ao PCAC.

Transpetro tem prazo para responder aos trabalhadores

O Sindipetro Caxias já iniciou o processo de negociação com o RH da Transpetro, mas aguarda uma posição da diretoria quanto aos pleitos. Até o fim do mês de abril é o prazo para resposta. Depois será discutida com os trabalhadores a forma de luta.

Os trabalhadores da Manutenção, Inspeção, Faixa de Dutos e Malha do

Gás do Tecam aprovaram uma autorização para que o Sindicato negocie um novo Regime de Trabalho que contemple, além do pagamento do adicional, a concessão das folgas do Sobreaviso.

O Sindicato cobrou ainda o pagamento do Adicional de Sobreaviso Parcial para todos os

trabalhadores do Tecam que utilizam o telefone celular disponibilizado pela empresa, a contratação de pessoal próprio para a área de fiscalização, manutenção, administração e operação do Tecam, bem como a primeirização da Estação de Compressão de Campos Elíseos e do Serviço de Compressão da Reduc.

UM ACIDENTE APÓS O OUTRO

Incêndio na U-4500

Na terça-feira, 3 de abril, a linha de ar de instrumento da U-4500 (HDS) na Reduc se rompeu e, devido ao fluxo inverso de hidrogênio pela tubulação de nitrogênio, ocorreu um incêndio. A Brigada foi acionada e o incêndio foi

apagado. Não houve vítimas, apenas prejuízo material. A unidade ficou parada durante três dias, o que acarretou em prejuízo à Petrobrás. O Sindicato solicitou à Reduc a formação de um Grupo de Trabalho para analisar o

acidente, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria. Lamentavelmente, o cenário foi descaracterizado pela refinaria antes da formação do GT que foi constituído com atraso.

Vazamento de ácido sulfúrico

Na quarta-feira, 4 de abril, por volta das 17 horas, ocorreu vazamento de ácido sulfúrico na Nova Estação de Tratamento de Água (U-1326) que já está em operação. Não houve vítima. Ao tomar conhecimento do fato, o Sindipetro Caxias solicitou à Reduc a formação de um Grupo de Trabalho para analisar as causas do acidente, com a participação da CIPA e Sindicato, tendo em vista o alto potencial de risco, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho. A Reduc se

negou a constituir o GT, mas deu autonomia à CIPA para investigar o acidente, conforme prevê a cláusula 119 do ACT da categoria.

O Sindicato cobrou ainda a comunicação do vazamento à Presidente da Petrobrás Graça Foster. Vale mencionar que Graça Foster, em carta enviada a todos os empregados no último dia 2 de abril, destacou a necessidade de se buscar o ideal: “zero em estatísticas de acidentes, vazamentos, afastamentos e mortes no trabalho”. Ainda na carta, a

Presidente lembra que “só este ano, já tivemos no Sistema Petrobrás muitos vazamentos, dos mais diferentes tipos. Não importa o volume, nem o produto vazado, nem onde vazou, se foi no mar, em rios, em lençol freático, no solo ou no asfalto de alguma rodovia. Temos de lutar pelo Vazamento Zero. Daí a orientação que tenho dado aos diretores, de que qualquer vazamento, de qualquer volume, de qualquer produto, hidrocarboneto ou não, deve ser comunicado a mim, pessoalmente”.

CIPA da Reduc forma comissão para investigar vazamento de ácido

Durante a reunião ordinária realizada na quarta-feira, 11, os membros da CIPA da Reduc aprovaram a formação de uma comissão autônoma composta por quatro cipistas eleitos para investigar o vazamento de ácido sulfúrico ocorrido na nova Estação de Tratamento de Água (U-1326). O vazamento aconteceu no último dia 4 de abril e, apenas por sorte, não deixou

vítimas. A CIPA decidiu investigar o acidente em razão de seu alto potencial de risco para a integridade física e a vida dos trabalhadores.

A investigação dos acidentes de trabalho pela CIPA é prevista pela Norma Regulamentadora nº 5 (NR-5) do Ministério do Trabalho e Emprego e pela cláusula 119 do Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2013. Para garantir o cumprimento

da NR-5 e do ACT pela Reduc, o Sindipetro Caxias ingressou com ação judicial e foi vitorioso. A sentença já foi publicada no Diário Oficial da União e tem que ser cumprida imediatamente, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil.

Os membros da comissão autônoma realizaram a primeira reunião na última sexta-feira, dando início aos trabalhos de investigação.

Respeito ao número mínimo é cobrado na Comissão de SMS

Os representantes dos trabalhadores na Comissão de SMS da Reduc cobraram o respeito ao número mínimo de segurança na HDT, Coque e Águas e Efluentes, entre outras questões relativas à saúde, segurança e meio ambiente, na reunião realizada na terça-feira, 10 de abril. Os gerentes dessas unidades reduziram o número mínimo sem qualquer justificativa e sem negociação com a entidade sindical, contrariando a cláusula 93 do ACT. Com isso, esses gerentes estão colocando em risco a segurança das unidades e dos trabalhadores da refinaria, podendo ser responsabilizados pessoalmente caso ocorra um acidente.

Durante os trabalhos da Comissão, prevista no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria e composta por 5 gerentes da Reduc e 5 trabalhadores indicados pelo Sindipetro Caxias, os representantes da refinaria fizeram a apresentação de indicadores de SMS e se comprometeram com a solução de algumas pendências trazidas pelo Sindicato na última reunião. A próxima está marcada para o dia 24 de abril.

Indicadores. A Reduc apresentou os indicadores de Segurança, Meio Ambiente e Saúde e os empreendimentos de grande porte previstos no Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o INEA. Quanto ao IEH, a Reduc afirmou que o indicador está enquadrado, mas o Sindicato questionou por que os técnicos do INEA afirmaram que a análise das amostras coletadas pela Reduc divergia das contraprovas coletadas pelo órgão. A Reduc afirmou que foi em razão das metodologias utilizadas pelos laboratórios, mas a terceirizada que coletava as amostras e realizava as análises, teve seu registro cassado pelo INEA. O Sindicato recusou as informações sobre o TFCA

em razão de ter garantido no ACT a não utilização desse índice para avaliação de desempenho. A Reduc apresentou o indicador TOR. No entanto, esse índice é reativo e o correto seria a adoção apenas de indicadores pró-ativos, pois indicadores como o TOR fazem com que os gerentes escondam os acidentes de trabalho. Para o Sindicato, os indicadores de acidentes deveriam levar em conta o número de acidentes, incidentes e anomalias registradas e tratadas, estimulando as pessoas a relatarem todas as anormalidades. O Sindicato criticou ainda o procedimento do RTA que passa pela avaliação do gerente, o que torna o índice de tratamento de anomalias reativo. Cobrou campanha de esclarecimento para que os trabalhadores registrem todo acidente e incidente ocorrido.

Acesso às tubovias e tanques na TE.



A Reduc, respondendo a questionamento feito na última reunião, afirmou que irá investir R\$ 14 milhões no projeto, que a empresa vencedora da licitação foi a SERVENG e que o trabalho será iniciado em 10 de maio próximo com prazo de 10 meses para conclusão.

Vazamento de ácido na U-1322. O Sindicato relatou o vazamento de ácido ocorrido no dia 4 de abril na nova Estação de Tratamento de Água (U-1326), que ainda nem foi entregue. Cobrou a constituição de um Grupo de Trabalho para analisar o acidente de alto potencial, conforme previsto no ACT. Já indicou o membro para esse GT. O vazamento ocorreu devido a uma falha em um instrumento que fez com que a bomba de ácido sulfúrico ficasse bombeando ácido puro para regeneração de um vaso na ETA4. Por ser de PVC a linha derreteu pela alta temperatura, o que configura erro de projeto. Para ser segura a tubulação deveria ser de aço carbono revestida por teflon. O Sindicato relatou que houve redução de número mínimo no AE quando deveria ser aumentado de dois para três técnicos de operação no CIC em razão do grande número de telas e malhas de controle. Demonstrou preocupação com as ETAs 1 e 2 que encontram-se paradas. Acha que pode ocorrer acidente quando do retorno dessas unidades à operação depois de ficarem longo período paradas e com produto no interior das tubulações. Pediu atenção especial para esse problema, pois acredita que poderá ocorrer novo acidente como o de dezembro de 2009.

Drenagem fechada das esferas de GLP. A Reduc fez uma apresentação dos dispositivos de segurança do parque de GLP e do projeto de drenagem fechada, informando que o prazo final para montagem é 11 de fevereiro de 2013. O Sindicato destacou que esse projeto é importante por virar a página do maior acidente da história do Estado do Rio de Janeiro, com 42 mortos, e que fez uma nova vítima em 1999 que luta até hoje para recuperar sua qualidade de vida.



Identificação de linhas da TE. Respondendo a questionamento da última reunião, a Reduc informou que o prazo para contratação de pintor letrista e liberação de pessoal próprio para acompanhamento do serviço (emissão de PT e outros) é 30 de abril.

Linha de flare da U-2500. A Reduc respondeu que o reparo provisório do furo foi concluído e o prazo para reparo definitivo é 30 de novembro de 2012.

Flares da Reduc. O Sindicato relatou o problema da selagem líquida

dos 7 flares da Reduc. Dos 4 flares normais, apenas um deles tem volume de selagem líquida (26 m³) suficiente para segurar as variações bruscas durante as emergências. Os demais têm volume de selagem muito pequeno (em torno de 3 m³). Ocorre que houve um erro de projeto, pois nas emergências se perde o selo nos dois flares que têm selagem de pequeno volume. Há possibilidade de as fagulhas caírem sobre a U-1620 e outras unidades de processo,

dependendo da direção e da velocidade do vento. Como sugestão, apontou a recuperação do sistema automático de reposição dos níveis desses dois flares, que possuem pequeno volume de selagem líquida, ou, alternativamente, que seja feito estudo da viabilidade de se levar a selagem para a base do flare. Por fim, lembrou evento ocorrido há alguns anos em que as fagulhas chegaram ao CEPE-Caxias. A Reduc ficou de responder no próximo encontro.

OPINIÃO

Guerreiros fazem uma revolução

A história comprova que quando os trabalhadores se unem, organizados através de seus sindicatos, para lutar em defesa de seus direitos contra a opressão e as injustiças, o resultado é a vitória. Aqui na Reduc não foi diferente. Os trabalhadores da Segurança Patrimonial quebraram o pacto do silêncio e começaram a denunciar todos os maus feitos e injustiças do setor. Foram feitas denúncias a órgãos fiscalizadores como MPT, ALERJ, Polícia Federal. Foram dezenas de ofícios e reuniões

do Sindipetro Caxias com a Petrobrás. Dessa forma, o assunto ganhou cada vez mais visibilidade. Entretanto, quanto mais a luta foi se ampliando, mais a repressão na refinaria aumentou. Houve demissão, suspensão e advertências que tentavam calar a voz dos trabalhadores, mas os GUERREIROS resistiram.

Finalmente, na última semana foi oficializado que a Segurança Patrimonial não pertence mais nem à Reduc, nem ao Abastecimento. Este setor passa a ter sua governança através

da nova Diretoria Corporativa, dirigida por José Eduardo Dutra, ex-presidente da Petrobrás. A nova diretoria incorpora todo o Serviço Compartilhado, o RH, a AMS e a Universidade Corporativa.

O Sindicato se reuniu com o gerente de RH do Compartilhado, no dia 12 de abril, para discutir as necessidades de melhorias no setor.

O Sindipetro Caxias parabeniza a todos os guerreiros e espera que esta luta fique registrada na história da categoria petroleira.

Antigo gerente geral responde inquérito na Polícia Federal

Apesar de não ocupar mais o cargo de gerente geral da Reduc, o empregado está sendo investigado, num inquérito da Polícia Federal aberto a pedido do Ministério Público Federal, por improbidade administrativa em razão de ter desviado trabalhadores do Regime de Turno para o Regime Administrativo mantendo o pagamento dos adicionais. A denúncia do Sindipetro Caxias é de 2010, mas só agora foi aberto o inquérito policial.

O presidente do Sindicato prestou depoimento nos dias 5 e 11 de abril, explicando que a denúncia foi apresentada a diversos órgãos

fiscalizadores e que o Tribunal de Contas da União (TCU), em dezembro de 2010, julgou o caso e decidiu, através de um acórdão, que a Petrobrás teria que regularizar a situação. Após a decisão do TCU, a Petrobrás iniciou uma série de negociações com o Sindicato, finalmente firmando o acordo sobre Atividade Especial no Horário Administrativo em 1º de abril de 2011.

Em seu depoimento, o presidente do Sindipetro Caxias destacou ainda que apesar de o acordo ter regularizado a situação, a empresa não cumpriu sua obrigação de entregar ao Sindicato a lista dos empregados que estariam em



Atividade Especial.

O delegado da PF que preside o inquérito decidiu então solicitar a lista dos empregados que estão em Atividade Especial e novamente intimar o ex-gerente geral da Reduc para prestar depoimento, visto que este empregado já tinha faltado à audiência.